

MARIO AMATO

Passados alguns dias da manifestação dos empresários no Clube Monte Líbano, com a presença do ministro Marcílio Marques Moreira, e às vésperas da chegada ao Congresso do projeto de reforma fiscal preparado pelo governo, o momento nos incita a refletir sobre a importância desses dois eventos. Ambos têm em comum a sua extrema relevância para o processo de modernização do País.

Não que a reforma fiscal, por exemplo, seja a pedra angular do processo modernizador. Sem ela, no entanto, um projeto com esse objetivo terá grandes dificuldades para sair do papel. Além disso, as mudanças na área fiscal não podem ser confundidas com uma mera reforma tributária, mais preocupada em elevar a carga de impostos do que em criar condições fiscais estáveis e favoráveis ao trabalho produtivo.

Quanto à manifestação dos empresários é mais fácil avaliar hoje, alguns dias decorridos, a sua relevância para o esforço de superação da crise brasileira. Somado a um outro fato extremamente positivo, o fechamento do acordo provisório com o comitê de bancos credores do Brasil, o jantar que reuniu mais de mil empresários ajudou a reverter o quadro de desalento, reduzindo as tensões e permitindo a volta ao trabalho produtivo.



A mudança para melhor no ambiente psicológico da Nação mostra que o empresariado estava certo em uma de suas principais motivações: mostrar que os acertos na condução da política econômica não podem ser invalidados por uma crise política cuja solução deve ocorrer em foros próprios. Mesmo porque o amadurecimento institucional do País já permite que se busque as saídas para eventuais impasses políticos sem que os brasileiros precisem parar de produzir.

O clima de normalidade na economia é fundamental não apenas pelo aspecto da volta ao esforço produtivo, mas também por oferecer o ambiente de estabilidade imprescindível ao encaminhamento das reformas. A reforma fiscal é apenas uma das que estão em gestação. Outras, também de natureza estrutural, vêm por aí, caracterizando uma onda reformista que para o bem do País não pode perder seu ímpeto.

Se os últimos acontecimentos disseram muito da

natureza do País e de suas instituições, eles esclareceram mais sobre o empresariado e suas convicções. Ficou mais uma vez muito claro que o empresariado é aliado do governo e do conjunto da sociedade na luta pela volta aos caminhos do crescimento. Caminhos que os empresários desejam e que nos levem não apenas ao crescimento econômico, mas também, como deixaram claro no manifesto apresentado ao ministro, ao desenvolvimento socialmente justo, garantindo uma melhor distribuição de renda.

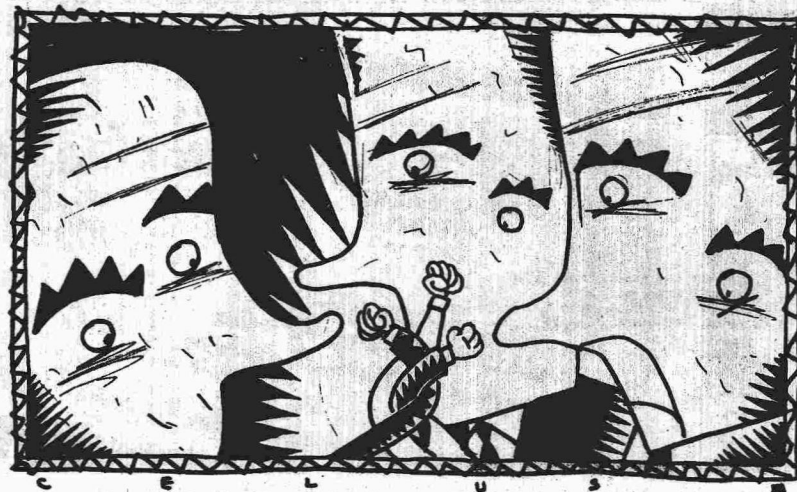
Uma preocupação social que está presente inclusive no apoio oferecido pelos empresários e por eles reiterado no jantar ao programa de privatização, na medida em que este dá ao Estado a oportunidade de voltar a concentrar seus investimentos em saúde, educação, transporte e habitação. A melhoria dos serviços prestados à sociedade é algo de que o processo modernizador não pode prescindir, ao lado, é claro, da

moralização administrativa.

A clara aprovação a uma política liberalizante desenvolvida pelo ministro Marcílio Marques Moreira demonstra também que os empresários não receiam os obstáculos que a abertura dos mercados coloca para as suas empresas. Eles sabem que junto com os desafios vêm as oportunidades e, ao lado delas, talvez uma das últimas chances que o Brasil tem de se incorporar a um mundo regido pela eficiência e competição.

Estão assim os empresários, e os últimos acontecimentos o confirmam, dispostos a oferecer, mais uma vez, sua cota de sacrifício. A lealdade com o País, no entanto, os obriga a advertir para a carga excessivamente pesada de uma política monetária recessiva transformada no último instrumento de que dispõe o governo para controlar a inflação. O aperto não precisaria estar sendo estendido dessa forma a setores que, por serem produtivos, não são inflacionários, e que por isso mesmo deveriam ter acesso facilitado a uma poupança não estatizada.

Com serenidade, a sociedade brasileira — e, em especial, as instituições sobre cujos ombros repousam neste momento tanta responsabilidade — saberá combater seus temores sem se deixar levar por sentimentos pequenos que nada têm a ver com a apuração da verdade. Ao contrário, o momento pede grandeza, na medida em que dela muito precisamos para construir um País saudável.



■ Mario Amato é presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).